

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

UM OLHAR PSICANALÍTICO PARA AS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS DOS
TESTEMUNHOS DO SHOAH

ANNA SVERNER DOUER

SÃO PAULO
2024

ANNA SVERNER DOUER

UM OLHAR PSICANALÍTICO PARA AS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS DOS
TESTEMUNHOS DO SHOAH

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de bacharel em
Psicologia, sob a orientação do prof. Dr.
João Perci Schiavon.

SÃO PAULO

2024

Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa. Capta essa outra coisa de que na verdade falo porque eu mesma não posso.

Clarice Lispector

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso em questão apresenta uma análise que busca compreender as consequências psíquicas do Shoah (Holocausto) sob a ótica da psicanálise. Inicia-se com uma breve contextualização histórica do período do Nazismo, da Psicanálise e do Shoah. Lança-se um olhar específico para o sujeito do Shoah (sobrevivente/testemunho), e para algumas consequências advindas desse evento: impossibilidade de transmissão (indizível); trauma, neurose traumática; lutos; e trauma transgeracional. Por fim, tece-se considerações sobre clínica e manejo.

Palavras-chave: Shoah; consequências psíquicas; testemunho; indizível; psicanálise.

ABSTRACT

The mandatory undergraduate thesis in question presents an analysis that seeks to understand the psychic consequences of the Shoah (Holocaust) from the perspective of psychoanalysis. Launching a brief historical contextualization of the period of the Nazism, Shoah and psychoanalysis. Then, a specific look for the people of Shoah (survivor/witness) and some consequences arising from this event; impossibility of transmission; trauma; traumatic neurosis; mournings; transgenerational trauma. Finally, the clinical considerations and management.

Keywords: Shoah; psychic consequences; testimony; unspeakable; psychoanalysis.

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	06
II.	MÉTODO	09
III.	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	10
	III.I Breve Introdução ao Nazismo	10
	III.II Psicanálise no Período do Nazismo	13
	III.IV As faces do Shoah	16
IV.	O TESTEMUNHO E AS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS	22
	IV.I O Testemunho	22
	IV.II Narrando o Inarrável	22
	IV.III Trauma e Neurose	27
	IV.IV Lutos	30
	IV.V Trauma Transgeracional	32
V.	OLHAR CLÍNICO	36
	VI.I Clínica do Testemunho	36
	VI.II Manejos Clínicos	38
VI.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45

I. INTRODUÇÃO

Dentre as diversas temáticas possíveis para um trabalho de conclusão de curso, a do Shoah (Holocausto) destacou-se por dois principais motivos.

O primeiro deles refere-se a uma viagem em 2023 para Israel e Hungria, principalmente durante visitas a museus que abordam esse tema, o *Yad Vashem* e o *Holocaust Memorial Center*, respectivamente. Ambos tratam exclusivamente do trágico genocídio ocorrido no século XX. A partir desse contato, tornou-se necessária a busca por uma certa aproximação do vivido durante esse período e as suas consequências.

O segundo, que cronologicamente vem antes do primeiro, relaciona-se a uma questão familiar. Pertencendo a uma família judaica, de ambos os lados, cresci ao meio de conversas familiares, principalmente das avós, que traziam o tema do Holocausto, entretanto, de alguma forma esse não ressoava pessoalmente. Portanto, ao voltar da viagem, despertou-se uma vontade de falar e ouvir sobre esse assunto com elas e, assim, essas conversas finalmente passaram a ecoar.

O emaranhado de registros nos museus dos horrores vividos durante o Shoah ressoa fortemente, gerando incômodo, raiva, medo e ansiedade, até mesmo como se aquilo ocorresse no presente, de modo que pudesse me atingir. As coleções contêm registros do real, em forma de fotografias, filmagens, manuscritos e vestígios.

A fotografia e a filmagem em suas formas gerais detêm afeição pessoal, no sentido de captarem a essência de algo. Por possibilitar o recorte de uma cena específica, é necessário que o fotógrafo se atente minuciosamente para captar a cena desejada, para isto chegar ao alcance de quem observa. Nesse mesmo sentido, para ver o que foi registrado, compreender o que o outro captou, é necessária suma atenção.

Em uma das filmagens no *Holocaust Memorial Center* algo me desconcentrou excessivamente. Nesse episódio – no qual permaneci focada por poucos segundos, pois a atenção se perdeu rapidamente, talvez por uma certa resistência –, via-se um homem, judeu, implorando pela sua vida, a qual, em outros segundos, é negada. A ansiedade perpassou todas as partes do meu corpo, repercutindo em diversos questionamentos. Como alguém é capaz de fazer isso? O que é sentir isso, essa sensação de quase morte, de uma falta total de controle de si mesmo? O que se faz depois de tal aproximação exacerbada com o horror?

Ademais, em paralelo a inquietações pessoais de estudar e transmitir esse tema, deve-se destacar, também, sua importância social. É sabido que o Shoah ocorreu, principalmente, por conta da disseminação de ideais nazistas e antissemitas, presentes desde cedo na história da humanidade e pulsantes no período em questão. Logo, compreende-se a importância de recordar tal genocídio para seu não apagamento, em uma tentativa de não repetição. Entretanto, vemos, atualmente, um assustador aumento de pensamentos e atos antissemitas e nazistas, de modo semelhante a como era no período próximo à Segunda Guerra Mundial. E, por conta disso, mais do que nunca, é dever nos conscientizarmos sobre o passado e suas pulsões no atual, de forma a tais atrocidades serem interrompidas.

Para mais, é importante retroceder um pouco na história para entender a origem do ódio direcionado aos judeus, fenômeno que remonta a tempos antigos e existente mesmo antes da palavra "antissemitismo" ser cunhada. O antissemitismo é um preconceito antigo e difundido, que assumiu diversas formas ao longo dos séculos. Na Europa, sua raiz pode ser encontrada desde os tempos antigos. Durante a Idade Média (500-1400), os preconceitos contra os judeus eram fundamentados em concepções cristãs primitivas, especialmente na crença de que os judeus eram responsáveis pela morte de Jesus. Essas suspeitas e discriminações enraizadas em preconceitos religiosos continuaram persistindo durante o período inicial da Europa moderna (1400-1800) (Ushmm, 2021).

Naquele período, autoridades em grande parte da Europa cristã segregaram os judeus de grande parte da vida econômica, social e política. Essa segregação contribuiu para a perpetuação dos estereótipos que retratavam os judeus como "estrangeiros" (*ibidem*). Durante o século XIX, atribuíam aos judeus a responsabilidade por diversos problemas sociais e políticos na sociedade industrializada e moderna. Teorias raciais – de eugenia e darwinismo social – eram distorcidas para justificar esse ódio. O preconceito nazista contra os judeus estava enraizado em todos esses elementos, mas principalmente no antissemitismo racial, que consiste na ideia de que os judeus são uma raça separada e inferior.

Nesse período, violentos ataques físicos eram realizados contra os judeus no império russo e em outros países. Esses tipos de ataques, neste período, são nomeados Pogrom, palavra russa que, de acordo com o dicionário do Holocausto, significa "destruição maciça, destruir violentamente" (Ushmm, 2021).

Ademais, em uma conversa com um familiar, conto sobre o desenvolvimento do trabalho em questão e, então, ele me diz que um tio-avô, sobrevivente do Holocausto, viveu em sua casa com ele por alguns meses. Então, pergunto: "ele contou alguma coisa sobre o período em que viveu nos campos de concentração?"; e ele me diz: "não, ele nunca falou nada sobre isso."

É nesse "nada" que acredito que a psicanálise pode surgir, na possibilidade de escutar aquilo que não é dito, ou, então, não consegue ser dito. A escuta clínica, por meio de atos falhos, sonhos e chistes, é capaz de escutar o que não pode ser formulado por meio da linguagem verbal, ou, até mesmo, de dar espaço para que seja possível verbalizar. A análise se contenta com reminiscências, lapsos e palavras. Ela não demanda uma narrativa completa, linear e cronológica. Junto a isso, pode-se pensar que o testemunho não existe se não há alguém para quem se possa endereçar sua fala. Então, o psicanalista entra nesse papel de escutar, de testemunhar.

Por conta disso, vejo neste campo um espaço importante para se pensar nesses sujeitos, sobreviventes de um período aterrorizante da humanidade.

Com esta breve introdução, faz-se compreender a importância de aprofundar-se no tema, além da necessidade de uma intersecção histórica e subjetiva. Para tal, objetiva-se, primeiramente, passar pela contextualização da história nos períodos precedentes ao Shoah, pela contextualização psicanalítica dessa época, aproximando-nos do Shoah, sendo, assim, possível elaborar a respeito do sujeito sobrevivente e testemunho dessa tragédia e as consequências psíquicas que perpassam essas pessoas e, então, chegando às linhas finais, a respeito das conclusões e possibilidades clínicas de manejo.

II. MÉTODO

Com o objetivo de pesquisar a respeito das consequências psíquicas dos sobreviventes do Shoah sob a ótica da psicanálise, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) fundamentou-se pela via da revisão bibliográfica. Sendo esta uma pesquisa qualitativa pautada em um método científico de revisão e análise de artigos, livros e pesquisas acadêmicas.

Para isso, buscou-se materiais a partir destes descritores: Shoah; Holocausto; Sobrevivente; Consequências Psíquicas; Clínica do Testemunho; Indizível; Testemunho. Utilizou-se: Google Acadêmico, Scielo, Pepsic e a biblioteca da PUC-SP para tais buscas. No primeiro capítulo, a bibliografia mais utilizada refere-se aos textos de *United States Memorial Holocaust Memorial Museum*, Sigmund Freud, Primo Levi, Jehoshua Bain, Vera Bain e Edith Eva Eger. No segundo, Marylink Kupferberg, Ana Rosa Chait Trachtenberg e Jacques Fux. Por fim, utilizou-se comentadores de Jacques Lacan, Jean Laplanche e Jean Pontalis.

Desse modo, foi possível obter um maior entendimento das consequências psíquicas advindas do Shoah e de suas articulações clínicas. Ou seja, com a vasta e diversa bibliografia a respeito do tema em questão, pode-se pensar em como atuar a partir disto. Por fim, torna-se clara a importância de uma articulação entre a psicanálise e o testemunho dos sobreviventes do Shoah.

III. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

III.I Uma breve introdução ao Nazismo

É no final do XIX século que o antissemitismo avança para a esfera política com a criação de partidos antijudaicos, principalmente na Alemanha, França e Áustria. Nesse cenário, falsas teorias são elaboradas a fim de destruir a imagem do judeu. Os nazistas falsamente acusam os judeus de causarem os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da Alemanha. Com o país destruído após a derrota da Primeira Grande Guerra, usam os judeus como responsáveis (Ushmm, 2021).

A indignação pela derrota na guerra e os desdobramentos das crises econômicas e políticas que se sucederam desempenharam um papel significativo no aumento do antissemitismo na sociedade alemã. A instabilidade política da Alemanha durante a República de Weimar (1918–1933), o temor do comunismo e os impactos econômicos da Grande Depressão também tornaram muitos alemães receptivos às ideias promovidas pelos nazistas, incluindo o antissemitismo. Esses temas são explorados no texto *Os Protocolos dos Sábios de Sião* (1936/2023), sendo essenciais para compreender a ascensão do nacionalismo no país e, conseqüentemente, o crescimento do antissemitismo. Nesse sentido, o Partido Nazista moldava fortemente tal imagem do judeu (Ushmm, 2021):

O Partido Nazista promoveu uma forma particularmente virulenta de antissemitismo racial, sendo ela central para sua visão-de-mundo baseada em uma hierarquia racial, cuja crença era apoiada pelo Partido. Os nazistas acreditavam que o mundo estava dividido em diferentes raças e que algumas delas eram superiores às demais. Eles consideravam os alemães como membros da raça “ariana”, supostamente superior a todas as outras, e que os “arianos” estavam tolhidos por uma luta pela sobrevivência contra as raças inferiores. Além disso, os nazistas acreditavam que a chamada “raça judaica” era a mais baixa e perigosa de todas. De acordo com os nazistas, os judeus eram uma ameaça que precisava ser removida da sociedade alemã. Caso contrário, insistiam os nazistas, a “raça judaica” corromperia e destruiria permanentemente o povo alemão (*ibidem*).

Dessa maneira, as teorias, concepções e ideologias criadas pelos nazistas vão se fortalecendo, a fim de se criar uma comunidade racialmente pura e bela, por meio da eugenia. E para isso, era necessário eliminar tudo e todos que não contribuíram para tal, ou seja, eliminando os judeus (Brandt, 2011).

De acordo com Brandt (2011), nesse momento, sob um quadro de constante ameaça, o judeu passa a ser representado como o “invasor”. Considerava-se o judeu inferior ao alemão, mesmo aqueles nascidos no país não eram vistos como leais à Alemanha, e, por isso, não deveriam ser considerados alemães. Pode-se compreender a relação do nacionalismo alemão com o antissemitismo:

O antissemitismo sempre fez parte da vida dos alemães, assim como dos demais povos europeus. Historicamente, a expressão do nacionalismo caminhava de mãos dadas com a expressão do antissemitismo, pois a nação era definida, em parte, em oposição aos judeus (Goldhagen, 1997).

Junto a isso, Nietzsche, em sua obra *Além do bem e do mal* (1886), realiza uma crítica ao nacionalismo alemão, contrariando os argumentos de superioridade alemã e inferioridade judaica. Além disso, o autor postula sobre o reconhecimento que o povo alemão tinha e temia do potencial e qualidade dos judeus, além de terem consciência de que este povo, por sua tradição e moral, não se deixaria levar às teorias e conspirações, não se deixando dominar (Ushmm, 2021).

No que tange ao campo econômico, é válido citar que, nesse momento, o país apresentava-se em uma intensa crise econômica, em um momento de grande instabilidade, sendo este outro fator que facilitou a ascensão do nazismo. Esse cenário moldou um povo vulnerável, e, por isso, mais propenso à dominação. E é assim que Adolf Hitler conseguiu se estabilizar, prometendo entregar tudo aquilo que afastaria o povo de tais inseguranças, a começar pela promessa de empregar os diversos sujeitos que encontravam-se desempregados (*ibidem*).

Era óbvio, por sua aparência suja, que não eram amantes de banho. Lamento dizer que isso ficou muito claro, mesmo com os olhos fechados. Eu estava frequentemente enjoado com o cheiro daqueles que usavam cafetão. Além disso, suas roupas estavam sujas e eles geralmente pareciam pobres. Tudo isso era pouco atraente por si só, mas tudo ficou mais repugnante quando se percebeu que a impureza ia além da sujeira pessoal e chegava às manchas de lama morais dessas pessoas (Hitler, 2009, p. 40).

Assim, a imagem de Hitler é vinculada à do grande salvador da pátria – ele é visto como a única possibilidade para uma saída dessa crise. E, assim, aproveita-se da situação para juntar seguidores para apoiá-lo na ideia de pureza e superioridade como caminho ideal a ser trilhado na reconstrução e desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) de Sigmund Freud descreve o papel que o líder ocupa como sendo o ideal do Eu do

coletivo, de forma que as vontades deste se tornam as vontades da massa – além de haver uma grande satisfação nos seguidores de adorar esse ideal comum, essa figura aparentemente perfeita. Essa situação também expõe o fanatismo do líder pelos seus próprios ideais e discursos, estratégia responsável por cativar a atenção dos seus apoiadores, assim como o seu fascínio pela adoração da massa.

Desse modo, em territórios que estavam sob controle ou alinhados com o regime nazista, a perseguição aos judeus assumiu diversas formas, dentre elas, o estabelecimento de leis antissemitas, como as Leis Raciais de Nuremberg. Outras regulamentações discriminatórias legalmente sancionadas, como a implementação de medidas de identificação e exclusão pública, incluindo propaganda antissemita, boicotes a empresas judaicas, humilhação pública e uso obrigatório de distintivos como a Estrela de Davi. Também houve de violência organizada, como a Kristallnacht (Noite dos Cristais Quebrados), bem como incidentes isolados e pogroms violentos (Ushmm, 2021)

Dessa maneira, Hitler e seus ideais foram capazes de ascender ao poder, a fim de direcionar um povo a construir um mundo esteticamente perfeito, habitado e aceito apenas por sujeitos da suposta raça pura e superior, os arianos. Isso culminou em um território marcado pela exclusão, violência e brutalidade, onde aqueles que desviavam do padrão – sendo estes judeus, eslavos, poloneses, ciganos, homossexuais e pessoas com deficiências física e/ou mentais, entre outros – eram vistos como ameaça, e, por isso, levados para os campos de concentrações, onde aguardavam o que foi denominada como a “solução final”, e assim, eram exterminados (Ushmm, 2021).

Entretanto, antes de aproximar-se mais a fundo do problema da pesquisa em questão, é importante rever a própria nomeação dada a esse período. Reis (2020) e outros estudiosos destacam que o termo holocausto é comumente utilizado para nos referirmos ao massacre do povo judeu; contudo, o autor explica que é um termo "infeliz", apesar de largamente difundido.

Infeliz porque traz consigo, como bem nos aponta Agamben na página 37 de sua obra *O que resta de Auschwitz*, uma justificação para o fenômeno de extermínio dos judeus. Tal assertiva pode ser baseada no significado de holocausto, sacrificar algo ao Senhor (Deus dos judeus), como bem nos diz o primeiro testamento no livro de Êxodo, capítulo 29, versículo 18: “Assim queimarás todo o carneiro sobre o altar; é holocausto para o Senhor, de aroma agradável; oferta queimada ao Senhor” (Reis, 2020, p. 03).

Desse modo, o termo Holocausto está relacionado à ideia de um certo sacrifício ao Senhor, retirando a culpa humano do extermínio e colocando-a em uma esfera divina e "inalcançável à ordem humana" (Reis, 2020). No entanto, o termo mais adequado – e que será utilizado no presente trabalho – é Shoah, que significa "devastação" e "catástrofe", sendo o mais apropriado na atual literatura. Ademais, a palavra vem do hebraico e do povo judeu, sendo utilizada para retratar uma das maiores barbáries da história, responsável pelo extermínio de mais de seis milhões de indivíduos.

III.II Psicanálise no período do nazismo

A psicanálise nasceu no ano de 1856, com Sigmund Freud, em Viena. Nasceu em uma família judaica, e inicialmente teve uma educação religiosa, na qual se afastou ao longo da sua vida. Entretanto, ele manteve uma conexão cultural com sua herança judaica. Desse modo, seu relacionamento com o judaísmo foi mais vinculado à sua identidade cultural do que a práticas religiosas propriamente ditas (Endo, 2012).

Ademais, é no período de ascensão do nazismo na Europa que ele se aproxima mais do judaísmo. Observa-se que "Freud só descobriu como se sentia judeu nas décadas de 1920 e 1930, à mediada que os nazistas ganhavam poder" (Cohen, 2010, p.110). Freud se exila em 1938 em Londres, fugindo da perseguição nazista que se espalhava pela Europa, onde fica até o fim da sua vida (Endo, 2012).

Freud faleceu no ano de 1939, mesmo ano que foi iniciada a Segunda Guerra Mundial. Embora não tenha vivenciado esse trágico período na história, quatro de suas irmãs foram mortas em campos de extermínios nazistas (Koltai, 2016). Portanto, acabou não elaborando materiais do ocorrido, havendo, entretanto, estudos e análises de outros períodos de guerra – por exemplo, nos livros *Além do Princípio do Prazer* (1920), *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), entre outros, que serão analisados posteriormente.

Nesse período, os psicanalistas judeus e a psicanálise, de forma geral, atravessam momentos turbulentos com a expulsão e o homicídio de analistas, a destruição de instituições psicanalíticas no continente europeu, e a incorporação da Psicanálise Alemã no Sistema Estatal Nazista (Bain, 2022). Diversos livros de Freud foram queimados, sob o pretexto de que "Contra a exaltação da sexualidade que

corrói a alma, pela nobreza da alma humana, entreguem-se ao fogo os escritos de Sigmund Freud" (Bain, 2022, p. 25).

Isso levou à retirada de Freud no Instituto de Psicanálise de Viena e ao exílio de seu país – destino dos demais analistas judeus. Junto a isso, após a ascensão de Hitler, é baixada uma norma que determinava a demissão de todos os membros judeus das diretorias das associações científicas. E, mais tarde, as atividades e os institutos de psicanálise são fechados em diversos países na Europa (Katz, 1985).

Em relação ao nascimento da psicanálise, é a partir de uma ruptura epistêmica que Freud tangencia o campo da medicina em que ela se funda. Suas pacientes histéricas, afligidas por sintomas físicos sem causa aparente, eram negligenciadas. Freud, nesse cenário, percebe que a histeria pedia, portanto, um outro olhar, uma outra ciência, e, assim, iniciam os primeiros estudos daquilo que se tornaria a psicanálise (Endo, 2012).

Essa nova ciência nasce a partir da importância de se atentar à escuta e à fala, indo na contramão de uma explicação neurofisiológica do sintoma, lançando um olhar aos psiquismos desses pacientes, para, então, entender esses sintomas. Endo diz "Procurava dar voz a tais pacientes e ouvir o que tinham a dizer" (2012, p. 05). Nesse mesmo sentido, Macedo e Falcão (2005, p. 02) descrevem: "Freud inaugura novos tempos: o tempo da palavra como forma de acesso por parte do homem ao desconhecido em si mesmo e o tempo da escuta que ressalta a singularidade de sentidos da palavra enunciada".

Freud perpassa por diversos caminhos elaborando técnicas e fundamentos para a psicanálise. Inicia com a hipnose, que depois abandona por perceber certas limitações, substituindo-a por outros meios de se escutar o sujeito. Entre essas, a técnica da associação livre é introduzida em seu trabalho *A Interpretação dos Sonhos*, publicado em 1899, sendo fundamental para a psicanálise. Nessa obra, descreveu a importância de permitir que os pacientes falassem livremente sobre seus pensamentos e associações, aproximando-se do material inconsciente, distanciando-se das resistências. Para além do inconsciente freudiano, a sexualidade é outro tema que passa a ser amplamente olhado, e especialmente em seus primeiros anos, foi recebido com controvérsias e resistência (Freud, 1899).

Nesse ponto, é possível fazer uma relação entre a rejeição das teorias psicanalíticas e a perseguição aos judeus. Endo (2012) destaca que Freud nunca deixou de se considerar judeu e em grande parte isso se deve ao fato de que:

Em algumas ocasiões, atribuiu à sua origem judaica o fato de resistir aos inúmeros ataques que a psicanálise sofreu desde o início (Freud aproximava a hostilidade sofrida pelo povo judeu ao longo da história às críticas virulentas e repetidas que a clínica e a teoria psicanalíticas receberam.) A psicanálise surgiu afirmando que o inconsciente e a sexualidade eram campos inexplorados da alma humana, na qual repousava todo um potencial para uma ciência ainda adormecida. Freud assumia, assim, seu propósito de remar contra a maré (Endo, 2012, p. 04).

No que se refere ao método psicanalítico, tem-se uma pessoa (paciente) que expressa seus sentimentos com palavras, buscando ser entendida em seu sofrimento, enquanto o outro (psicanalista), ao ouvir essas palavras, enxerga nelas uma maneira de compreender o desconhecido que está presente neste discurso. A psicanálise é essencialmente uma forma de comunicação na qual circulam falas que, em sua essência, expressam o desejo e a necessidade de serem ouvidos. Hermann (2015) discute sobre a função de um psicanalista descrevendo que este aplica o método psicanalítico, tratando um paciente, um grupo de pessoas, uma comunidade, ou, então, simplesmente tentando interpretar algum acontecimento. E é nesse "interpretar" que a escuta psicanalítica se diferencia.

Ou seja, os sujeitos no cotidiano realizam uma redução consensual dos sentidos do discurso, sendo isto uma concordância entre pessoas que se comunicam. Entretanto, o psicanalista detém uma escuta própria. Diferentemente da epistemologia histórica, que estuda o Shoah somente por fatos históricos, o método psicanalítico concebe outros aspectos, como pontua Hermann: "A Psicanálise não trata de fatos materiais, nem respeita os limites das convenções a respeito deles" (2005, p. 19) Assim sendo, temos a possibilidade de ouvir o sujeito a partir da sua individualidade, atravessado por aspectos inconscientes. É nesse ponto que se compreende a importância da articulação do tema em questão com a psicanálise, possibilitando tal escuta para além de sua forma historicizada. Contudo, vale destacar que Freud não abre mão da influência que a história e o contexto social exercem sobre a constituição de cada um desses sujeitos.

Não obstante, é necessário fazer um recorte para a análise dos sujeitos em questão, que se diferenciam nas suas demandas de outros pacientes. O ser traumatizado, que acaba por experimentar uma sensação de desamparo por parte do seu grupo de pertencimento e por toda a humanidade, não reconhece mais o significado de despertar o interesse de alguém; logo, o analista não deve repetir tal posicionamento. Agamben (1997) destaca que ele não deve se contentar "em

permanecer identificado ao modelo caricatural do espelho sem reação, da neutralidade absoluta e do silêncio glacial que alguns acreditam de praxe” (p. 173). Então, em termos lacanianos, discute-se que o analista deve, nesses casos, manifestar seu desejo, seu desejo de analista – para que o analisante possa sair dessa identificação do analista com o nazista, por exemplo.

Ainda mais, deve-se pontuar a importância desse analista levar em conta a história, pois "é seu dever poder imaginar o inimaginável, caso contrário estaria negligenciando que o fato aconteceu" (Koltai, 2016 *apud* Fedida, p. 06, 2016). Acrescentam:

Os horrores vividos por aqueles que tiveram a experiência dos campos, genocídios e ditaduras militares desafiam nossa imaginação, mas nosso trabalho é justamente poder imaginar o horror sem entrar nele, reconhecendo o que ele destroi de nossas próprias representações. Aquele que nos fala do horror precisa saber que há um semelhante que o escuta, o que não é sinônimo de empatia, no sentido de dar a impressão que vivemos o que ele viveu, mas de empatia no sentido que podemos tentar imaginar o que ele viveu, que aceitamos nos prestar isso (Kotali, 2016, p. 06).

Sendo assim, observa-se que aquilo que é transmitido no campo de análise referente ao Shoah diz respeito a um testemunho, sendo este um endereçamento que o testemunho (paciente) dirige a outro que representa a comunidade humana da qual ele foi excluído, logo, aquele que o escuta (analista) tem que responder de modo presente, para que tal escuta possibilite que esse sujeito possa religar os fios de uma vida interrompida por uma catástrofe histórica, visto que ele representa a possibilidade de uma reintegração na comunidade humana.

Podemos concluir que a psicanálise rompe esta zona de silêncio, que, como pontua Kupferberg (2004, p. 52) "afastam as gerações e impedem a elaboração dos efeitos traumáticos de catástrofes coletivas e o luto pelas perdas sofridas, transcendem as suas vítimas diretas, tanto no terreno da vida privada quanto das instituições culturais". E, então, dá espaço para se escutar e se dizer dessa passagem da história do homem e da humanidade. Desse modo, reitera-se novamente a importância de se pensar no sujeito testemunho a partir desse campo científico.

III.IV As faces do Shoah

Não se objetiva fazer uma extensa e minuciosa apresentação do Shoah especificamente, até porque a literatura, principalmente realizada por sobreviventes,

encarregou-se positivamente de tal tarefa. Entretanto, é importante pontuarmos algumas características de maneira breve, para chegarmos nas consequências que ressoam nos sujeitos depois desse trágico episódio na história individual e da humanidade.

Rodrigues (2013) explica que a representação do Lager como “inferno” não é consenso entre os sobreviventes. Para Imre Kertész, sobrevivente do Shoah, seria definido por ser “irrepresentável”. Porém, acrescenta que:

O inferno se torna mais imaginável por fazer parte da nossa cultura, pensamos nós, enquanto Auschwitz se situaria aquém da cultura, lugar de rompimento dos laços sociais, dos contratos sociais. Lugar de circulação do puro energético, como diria Laplanche (1992b), terreno do traumático. Por isso, necessitamos de códigos que possibilitem sua tradução, o inferno é um desses códigos (Kertész, 2013, p. 60).

Sendo assim, pode-se tomar o termo “inferno” para representar os Lagers. É importante pontuar que cada um deles tinha suas próprias características, tornando-se fundamental um olhar particular para cada um deles. De 1933 até 1945 constrói-se milhares de Lagers e sub-lagers em países como Alemanha, Polônia, França, Áustria, Itália, entre outros. Rodrigues (2013, p. 61) destaca que “os principais campos de trabalho e de extermínio são Dachau, Bergen-Belsen, Buchenwald, localizados na Alemanha, e Treblinka e Sobibor, localizados na Polônia”, e que o maior foi Auschwitz, localizado na Polônia, onde foram exterminadas por volta de 1,1 milhão de pessoas.

Em geral, antes da chegada ao Lager os sujeitos eram confinados em guetos. Eram áreas de cidades ou vilas onde forçavam os judeus a viver. As autoridades alemãs frequentemente cercavam essas áreas construindo muros ou barreiras, impedindo a saída sem permissão (Ushmm, 2021). Vale destacar que muitos guetos eram construídos pelos próprios judeus: “Nós mesmos levantamos o muro, sob a supervisão dos poloneses ou dos alemães. Percebemos que os judeus ficariam dentro daquele espaço, mas não entendemos a finalidade daquele muro que ficava cada dia mais alto” (Bain, 2022, p. 64). E acrescenta: “Como já era de praxe na ocupação alemã, havia guardas que recrutavam os judeus para trabalhar construindo a própria prisão” (*ibidem*).

As autoridades alemãs originalmente estabeleceram os guetos para isolar e controlar as grandes populações judaicas locais na Europa Oriental. O trabalho forçado era praticado nesses locais. Havia pouca comida e saneamento ou cuidados gerais. Por conta disso, milhares de judeus morreram, principalmente de fome,

doenças generalizadas e exposição a temperaturas extremas, além de pela exaustão do trabalho forçado (Ushmm, 2021).

A partir de 1941-1942, os alemães e seus aliados assassinaram em massa os judeus desses locais e dissolveram as estruturas administrativas. Tal processo foi nomeado como "liquidação", fazendo parte da "Solução Final para a Questão Judaica". Vale pontuar que a maioria dos centros de extermínio foi deliberadamente localizada perto de rotas ferroviárias de fácil acesso. Eram nomeados como deportação o processo de ida dos Guetos até os Campos. Essas viagens ocorriam em trens de cargas, e não de passageiros, onde ficavam trancados. Como coloca Rodrigues (2013, p. 64):

O trem, narra Levi (2004/1986, p.93), "assinala a partida para o desconhecido". As recordações dos sobreviventes se iniciam com a imagem do trem não apenas por razões cronológicas, continua Levi, mas também pela crueldade gratuita empregada pelos nazistas.

A ida para o desconhecido, como pontua Levi, marca um desamparo no qual as pessoas não tinham nenhuma informação de aonde estavam indo. E em relação a tal crueldade, o sobrevivente acrescenta que o mais angustiante durante a viagem era não ter um recipiente que servisse como latrina para evacuar: (É) um trauma para o qual nossa civilização não nos prepara, uma ferida profunda infligida à dignidade humana, um atentado obsceno e cheio de presságios; mas também o sinal de uma malignidade deliberada e gratuita (Levi, 2004c, p.96). Além de defecar no vagão, em meio a seus pares, Levi narra que se passavam outras humilhações severas (Rodrigues, 2013 *apud* Levi, 2004/1986, p. 96).

Muitos não sobreviviam às viagens. Vale destacar que, de acordo com o *United State Holocaust Memorial Museum*, os Campos de concentrações Nazistas tinham três objetivos centrais: encarcerar os "inimigos do estado"; eliminar indivíduos e grupos pequenos e específicos de indivíduos por meio do assassinato, longe do público e da revisão judicial; e explorar o trabalho forçado da população prisional – tal objetivo surgiu de uma escassez de mão de obra.

Bain (2022) descreve que ao chegarem passavam por uma seleção, onde um oficial nazista selecionava quem iria trabalhar e quem iria direto para as câmeras de gás e fornos crematórios. Ele escreve: "Meu irmão e eu fomos para o lado direito, que era para a "vida" – uma vida curta e dura, mas vida. Minha mãe, minha cunhada e minha sobrinha foram todas para o outro lado, junto com as outras mulheres" (*idem*,

p. 93). Vale pontuar que os sujeitos com deficiências físicas e mentais eram diretamente executados, totalizando aproximadamente 200.000 sujeitos (Ushmm, 2021).

Levi (1988) explicita que tinham seus cabelos e pelos dos corpos raspados e eram submetidos a um banho de desinfecção com água e cloro. Nesse momento, as mulheres passavam por uma verificação, e as que estavam grávidas eram enviadas diretamente para a câmara de gás. Os prisioneiros eram identificados por números – em Auschwitz, os números eram tatuados no antebraço, e em outros campos, como Majdanek, nos uniformes que usavam (Bain, 2022).

Em todos os Lagers a composição de prisioneiros formava uma hierarquia. Assim, "A maioria pertencia ao escalão inferior e executava serviços cotidianos: eram varredores, lavadores, controladores de piolhos e de sarnas e também guardas-noturnos, intérpretes, entre outros" (Rodrigues, 2013, p. 62). Aqueles que estavam no comando eram nomeados como "Kapos", trabalhavam como chefes das brigadas de trabalho, dos alojamentos e desempenhavam cargos em escritórios cuidando da parte administrativa. Rodrigues, a partir do texto de Levi, explica outro ponto que era comum no Campo:

Um trabalho específico era designado aos judeus: a atuação no Sonderkommando (Esquadrão Especial). O Sonderkommando era o grupo designado a gerenciar os fornos crematórios, eles não tinham contato com outros prisioneiros e a eles cabia manter a ordem entre os recém-chegados (muitas vezes inconscientes do destino que os esperava) que deviam ser introduzidos nas câmaras de gás; tirar das câmaras os cadáveres; extrair o ouro dos dentes; cortar os cabelos das mulheres; separar e classificar as roupas, os sapatos, o conteúdo das bagagens; transportar os cadáveres para os fornos crematórios e cuidar do funcionamento dos fornos; retirar e eliminar as cinzas (Levi, 2004/1986, p. 43).

Desse modo, nota-se que, os próprios judeus participavam do extermínio dos seus pares. Eles tornaram-se participantes da tentativa de extermínio de seu próprio povo. Para Levi, em relação ao Sonderkommando, "Nós, o povo dos Senhores, somos quem os destrói, mas vocês não são melhores do que nós; se quisermos, e o queremos, nós somos capazes de destruir não só seus corpos mas também suas almas, tal como destruimos as nossas" (Rodrigues, 2013, *apud* Levi, 1986/2004, p. 46).

Ademais, as rotinas e o dia a dia variam dependendo do Lager. Entretanto, a fome, a falta de higiene, os maus tratos, a falta de privacidade e a vasta crueldade eram sentidos de modo semelhante, além da proximidade frequente com a morte própria e dos outros ser um fator comum. Alguns trechos selecionados de diferentes obras de sobreviventes auxiliam nessa exposição de vivências: “Já é difícil dizer quem está vivo e quem está morto. A doença passa por dentro e entre nossos corpos. Tifo. Disenteria. Piolho. Feridas abertas. Carne sobre carne. Apodrecendo em vida. Uma cabeça de cavalo meio consumida (Eger, 2019, p. 81)”; “Você dorme profundamente com três pessoas nas estruturas de madeiras lotadas, ou no chão. Se alguém embaixo de você morrer, continue dormindo. Ninguém tem força para tirar o morto dali (*ibidem*)”; “Há apenas vinte latrinas no campo todo. Se você não puder esperar sua vez de defecar, eles atiram em você lá mesmo, onde suas fezes foram depositadas (*ibidem*)”; “As regras do campo eram diferentes do mundo normal. Lá, era preciso roubar, trocar e negociar, sempre com um perigo iminente, sentido que qualquer passo em falso e...kaput, acabou!” (Bain 2022, p. 120); “A principal característica de quem passa fome é não conseguir tirar a cabeça dessa sensação. Não conseguimos pensar ou falar em mais nada, a não ser pela vontade de preencher aquele enorme buraco em nosso estômago” (*ibidem*);

O Ka-Be é o Campo livre do sofrimento físico. Por isso, quem ainda possui um germe de consciência, recupera essa consciência; por isso, nos eternos dias vazios, a gente não fala apenas de fome e de trabalho; chegamos a considerar como nos transformaram, o quanto nos tirará o que é a nossa vida. Nesta Ka-Be, parênteses de relativa paz, aprendemos que a nossa personalidade corre maior perigo que a própria vida (Levi, 1988, p. 76);

“O outro vizinho de Walter acorda sobressaltado, endireita-se: quem fala em crematório? Que é que há? Não podem deixar a gente dormir em paz?” (idem, p. 73);

Vamos morrer, todos; estamos para morrer; se é que me sobram dez minutos entre a alvorada e o trabalho, quero destiná-los a outra coisa, a fechar-me dentro de mim mesmo, a fazer o balanço da minha vida, ou quiçá a olhar para o céu e a pensar que talvez eu o veja pela última vez; ou a me deixar viver, apenas, permitir-me o luxo de uma brevíssima folga (idem, p.39);

O campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, para relatar a verdade, para dar nosso depoimento; e, para viver, é essencial esforçar-nos por salvar ao menos a estrutura, a forma da cil salivação (*idem*, p. 55);

E “Sabemos o que isso significa, porque estávamos aqui no inverno passado, e os outros vão aprendê-lo depressa. Significa que, no decorrer destes meses, de outubro a abril, de cada dez de nós, sete morreram” (*idem*, p. 181).

Tais trechos possibilitam uma visão limitada e breve a respeito do Shoah, mas permitem pensarmos na vivência de algo nunca imaginado ser vivido por esses sujeitos, ou por qualquer sujeito. Refere-se a uma não-preparação física, psíquica e social, extrapolando limites, ferindo a subjetividade. Após delinear sobre esse evento e momento na história, aproxima-se das dores que foram impostas nesses sujeitos, tanto aqueles que sobreviveram ou não. Desse modo, pode-se caminhar para o próximo capítulo, para elaborar (ou não) a maneira na qual os sobreviventes encontraram (ou não) para dar continuidade em suas vidas.

IV. O TESTEMUNHO E AS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS

IV.I O testemunho

Alguns sobreviventes do Shoah tornaram-se testemunhos da tragédia, e assim, são ponto de partida para este estudo. À vista disso, alguns autores discutem a respeito do termo "Literatura do Testemunho". Reis (2020) explica que esses conceitos nascem após os extermínios vividos nos campos nazistas devido à necessidade de expressar o terror vivido neste período, e, assim, contribuir para a não repetição de atos análogos e para a lembrança do que ocorreu – assim, reivindicando também a luta contra o totalitarismo.

Koltai (2006) explica que tal literatura surge a partir das catástrofes do século XX, no qual alguns sujeitos, que até então não eram escritores, assumem o ato de escrever para, de certa forma, poderem testemunhar a ruptura do pacto social. Junto a isso, estariam escrevendo "justamente sobre esse ponto enigmático no qual foram reduzidos ao lixo do mundo, como se precisassem transmitir a verdade da realidade." (Koltai, 2016, p. 01). A respeito da Literatura do Testemunha, ela acrescenta que "essa escrita nasceu de uma proximidade anormal com a morte, uma tentativa encontrada por alguns para integrar, ainda que minimamente, o excesso de real em jogo na experiência traumática" (*ibidem*).

Junto a isso, Rodrigues (2013) destaca que a escrita, nesses casos, é compreendida como processo secundário, ou seja, como organizadora pulsional disruptiva do trauma. Logo, a escrita e o testemunho são pensados como meios de organizar e nomear aquilo que é difícil de traduzir. Rodrigues (2013 *apud* Laplanche 1992^a, p.14) propõe o termo tradução, "que é o processo de metabolização das mensagens enigmáticas proveniente do outro." O sujeito faria uma substituição de um significante enigmático por outro significante próprio, por meio de sua própria escrita.

No mais, pode-se perceber dois pontos que dificultam a escrita do testemunha: a primeira referente à própria intenção dos nazistas – o apagamento do Holocausto – e a segunda relacionada à própria impossibilidade de transmitir o "invivível".

IV.II Narrando o Inarrável

Nesse sentido, é compreensível a dificuldade de narrar a experiência nos campos de concentração, sendo algo previamente objetificado pelos próprios

nazistas, a fim de não serem culpabilizados por tamanha atrocidade. Em um trecho do livro *É isto um homem?* (1988) de Primo Levi, nota-se tal questão:

[...] É significativo como essa rejeição tenha sido prevista pelos próprios culpados; muitos sobreviventes (entre outros, Simon Wiesenthal, nas últimas páginas de *Gli assassini sono fra noi*, Milão, Garzanti, 1970) recordam que os SS se divertiam avisando cinicamente os prisioneiros: “Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas juntos com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos Lager” [...] (Levi, 2004, p. 09).

Junto a isto, Reis também explicita tal problemática. Ele descreve:

Narrar a experiência do Lager não se constitui como tarefa fácil pois antecipadamente os alemães-nazistas o planejaram com vistas ao seu não conhecimento por parte do mundo. Partindo dessa diretriz, a do não conhecimento, os soldados alemães foram ordenados a destruir todas as provas sobre os campos, para que posteriormente não pudessem ser incriminados (Reis, 2020, p. 03).

Logo, pode-se questionar: como recordar e transmitir isso que, de certa forma, que foi planejado para ser esquecido? Alguns pontos podem ser mencionados quando se trata dessa questão. O negacionismo é notório durante a implementação do Holocausto, na qual os líderes nazistas, Adolf Hitler e Heinrich Himmler, negavam seu envolvimento, responsabilizando outros funcionários do governo, e negavam os campos de concentração, alegando serem instalações de trabalho. Junto a isso, havia uma forte censura e controle de informações. Desse modo, jornalistas, escritores e intelectuais deveriam esconder as atrocidades cometidas pelo regime em questão (Silva, 2022). No que diz respeito à disputa pela memória, como explica Silva (2022), é preciso ressaltar que os negacionistas promovem tanto a construção de uma memória favorável ao regime nazista, como a destruição do “sentimento de identidade” dos grupos que sofreram o processo de extermínio.

Isso é exemplificado com a criação do campo de concentração de Theresienstadt, que foi promovido como um "gueto modelo" para enganar a Cruz Vermelha e outros observadores internacionais. Os nazistas fizeram um esforço para melhorar temporariamente as condições de vida em Theresienstadt antes das visitas

das organizações humanitárias. Ou, então, as próprias medidas de sepultamento em massa – câmaras de gás, queima de corpos em cemitérios e o enterramento de milhares de vítimas em valas comuns – tinha como finalidade destruir as evidências dos crimes (Usmm, 2022).

Entretanto, pode-se entender que a dificuldade de narrar aquilo que é "indizível", como explicado anteriormente, já é uma tarefa complexa, que, então, complexifica-se ainda mais com a existência de condições desfavoráveis para inserção destas memórias. Assim, tal negacionismo faz com que outros sujeitos desacreditem no testemunho, "o que somente agravaria a dor de relatar as suas memórias" (Silva, 2022, p. 10). Logo, pode-se entender o porquê de alguns sobreviventes optarem por não falar. Contudo, é crucial ponderar quais as consequências do não-dito neste cenário, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Como pontua Reis (2019, p. 11), "calar-se perante a situação expressa a aprovação inconsciente no seio da civilização e aceitação dos massacres ocorridos historicamente."

Além disso, por ser algo que destoa de outros momentos da história da humanidade, os nazistas tinham certa noção do horror estabelecido. Abulac usa um trecho de Huberman para explicar que, devido ao absurdo do Holocausto, os nazistas desmentiram os relatos dos sobreviventes explicitando-os como inimagináveis, logo, usando a tamanha atrocidade a seu favor. Ele diz: "realizar o próprio anseio dos idealizadores da 'Solução Final', que a queriam, com efeito, inimaginável, impensável é invisível aos olhos do mundo circundante" (Huberman, 2017, p. 97). Sendo assim, as pessoas têm mais facilidade em duvidar de tamanha atrocidade do que compreender os fatos narrados pelos sobreviventes. Logo, a versão negacionista é priorizada.

Junto à intenção dos nazistas de não reconhecerem o Shoah, nota-se uma dificuldade que advém do próprio ser humano traumatizado em narrar aquilo que é traumático. Os sobreviventes experimentaram o "invivível", que Semprun (1995, p. 22) descreve como "uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa, como se compreenderá facilmente". Logo, compreende-se a dificuldade de nos aproximarmos dessa experiência. Abulec (2020) aponta para a impossibilidade de deslocamento para tal experiência e para a importância de estarmos ciente da incompletude que tal transmissão concerne.

À vista disso, a questão da linguagem e da escrita são fundamentais para se pensar nos limites e possibilidades da transmissão: "Impossível portanto de esquecer-lo, impossível de lembrá-lo. Impossível também, quando se fala dele, de falar dele – e finalmente, como não há nada a dizer a não ser esse acontecimento incompreensível, é a fala só que deve levá-lo sem dizê-lo" (Abuleac, 2020 *apud* Blanchot, 2007, p. 87). Nesse sentido, é importante levar em conta, que ao abordar aspectos desse tema, estaríamos diante de uma não totalidade da experiência vivenciada, tendo que suportar isto. Neste trecho observa-se tal sensação:

Mas acabamos de voltar, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência ainda vivia, e experimentamos um desejo frenético de conta-la exatamente como ela se passara. Entretanto, desde os primeiros dias parecia impossível superar a distância que descobrimos entre a linguagem de que dispunhamos e essa experiência que na maior parte dos casos, ainda operava em nossos corpos. Como nos resignamos a não entrar explicar como chegamos aquele estado? No qual ainda estávamos. Contudo, era impossível. Mas começávamos a contar, sufocavam. A nós mesmos, o que tínhamos a dizer principiava então a nos parecer inimaginável (Antelme, 2013, p. 09).

Ademais, a linguagem deste sobrevivente traz em si certas impossibilidades. Para isso, pode-se pensar na questão do Real para Lacan. De acordo com Bruce Fink, aquilo que não é dito por meio da linguagem não faz parte da realidade do grupo social, de modo que não existe. Nesse caso, para Lacan, a existência de algo é decorrente da produção da linguagem, ou seja, "a linguagem cria coisas (tomando-as parte da realidade humana) que não tinham *existência* antes de serem cifradas, simbolizadas ou verbalizadas" (Fink, 1956, p. 44). Entretanto, aquilo que não existe e, logo, não está na linguagem, refere-se ao real, sendo este compreendido como aquilo que não foi simbolizado e resiste à simbolização.

Desse modo, o trauma refere-se a uma das faces do real para a psicanálise. Logo, ao pensar na experiência subjetiva do Shoah, estaríamos, em certa medida, diante de uma experiência da ordem do real, e, assim, de algo que 'não existe' por não estar na linguagem. Entretanto, sua transmissão é essencial. E nesse ponto, a função da psicanálise é fundamental:

Parte do processo psicanalítico envolve claramente permitir a um analisando colocar em palavras aquilo que permanece não simbolizado para ele, verbalizar as experiências que podem ter ocorrido antes do

analisando ter sido capaz de pensar sobre elas, falar delas, ou formulá-las de qualquer maneira que seja (Fink, 1956, p. 46).

Assim, o objetivo da análise não é simbolizar à exaustão tudo que há, já que, segundo o autor, isso "faria da análise um processo verdadeiramente infinito, mas concentra-se naqueles fragmentos do real que podem ser considerados como tendo sido traumáticos" (Fink, 1956, p. 45). Nesse ponto, podemos pensar no trauma como fixação, sendo a fixação algo que não é simbolizado – e, por meio da linguagem, seria possível tal simbolização. Logo, o paciente poderia vir a articular o evento traumático com palavras, assim criando relações com significantes, possibilitando simbolização e deslocamentos ao longo da análise.

Entretanto, muitas vezes, tal articulação do próprio paciente com o trauma é inviabilizada, e outro modo de se pensar na simbolização é pela interpretação do analista. Nesse caso, Fink aponta o que Lacan sugere: "a interpretação atinge a causa". Ou seja, a interpretação do analista atinge aquilo ao redor do qual o analisando está girando sem ser capaz de "colocar em palavras" (Fink, 1956, p. 46) A partir daí, observa-se um sujeito com mais possibilidade de aproximar-se daquilo que foi invivível, que por vezes torna-se também, indizível. Fink (*idem*) demonstra que:

O que é indizível do ponto de observação ou posição do analisando não é necessariamente indizível do ponto de observação do analista. Para Lacan, através da intervenção do analista, o analisando pode ser capaz de nomear o significante ao qual ele, enquanto sujeito, está assujeitado.

Desse modo, pode-se notar a importância de um testemunho para os relatos dos sobreviventes do Shoah, no sentido de permitirem que o indizível seja dito. E, então, essa transmissão ultrapassa o espaço clínico, possibilitando seu reconhecimento por parte do mundo, diferente do que desejam e previam os nazistas. Entretanto, pontua-se a importância da psicanálise, no sentido de abrir espaço para que aquilo da ordem do irrepresentável seja visto, o que, em muitos casos, não é possibilitado sem essa articulação da análise.

IV.III Trauma e Neurose

O conceito de trauma é abordado preliminarmente na psicanálise freudiana, ocupando espaço fundamental desde cedo, tendo seu significado revisto e repensado em diversos momentos. Nos estudos iniciais de Freud com Breuer, temos a teoria da sedução sexual – da criança pelo adulto – ocasionando o trauma e explicando a

neurose e os seus sintomas. Nesse momento, o trauma seria advindo de uma causa da realidade (vivenciado no plano material). Logo, haveria uma cena traumática, que teria sido recalcada pela amnésia infantil (Freud, 1920).

Entretanto, Freud nota, em certo momento, por meio de suas pacientes neuróticas, que há uma impossibilidade de distinguir o real e a fantasia. Assim, a teoria do trauma é revista, e a fantasia torna-se uma possibilidade, dialogando com o complexo de Édipo – núcleo central na formação da neurose (Freud, 1920).

É por meio dos sobreviventes da Primeira Guerra Mundial que novas teorias são elaboradas a respeito do trauma, em principal na obra *Além do Princípio do Prazer* (1920). A ideia da neurose advinda de traumas de experiências da realidade volta à tona. Freud compreende que tal compulsão à repetição aparecia em situações fortemente traumáticas, advindas de guerras ou acidentes graves, e os sujeitos acabam por repetir a cena traumática, principalmente em seus sonhos.

Esse momento é crucial para a psicanálise, e neste altera-se a antiga teoria de que os sonhos eram simplesmente tentativas de realizações de desejos prazerosos. Ou seja, o sujeito buscava, de certa maneira, revistar conteúdos geradores de angústia. Al'Sáber (1920, p. 23) descreve que "Freud discutiu em seu trabalho como um dos fundamentos de repetição de um possível além do princípio de prazer". Logo, sonhos não eram meras realizações de desejos, estavam para além daquilo que se pensava até então.

Define-se assim a segunda tópica do aparelho psíquico, introduzida pelo Isso, não mais regulado pelo princípio do prazer e por inscrições que passavam por um código de linguagem que era interpretado como era na primeira tópica. Ademais, a repetição seria uma forma de buscar representação, possibilitando um sentido, e uma elaboração ao traumático. Como explica Kubferbeg (2004, p. 68):

(..) no registro do Isso as experiências psíquicas que não se inseriram num código de linguagem passível de ser interpretado se repetiam insistentemente, buscando seu lugar na ordem representacional e seu acesso à palavra. A compulsão à repetição seria, por conseguinte, a tentativa de transformar uma situação traumática numa experiência dotada de sentido. Onde havia uma tendência à descarga imediata, um vazio de significância, é preciso que um trabalho de ligação (Bindung) tenha lugar, para retornar ao trabalho de simbolização e à regulação pelo princípio do prazer.

Ou seja, aquilo que está para *Além do prazer* refere-se a uma compulsão à repetição, no sentido de repetir os traumas. E essa repetição se dá por conta da

ligação (*Bindung*), a tentativa do sujeito de ligar, de articular, essa energia livre a representações a uma possível representação (Kubferbeg, 2003).

Ademais, Freud vai delineando diferenças entre as chamadas neuroses de transferência, construídas a partir do trauma sexual infantil e aquelas constituídas a partir de uma experiência traumática atual e não sexual, denominadas neuroses traumáticas. Nesse tipo de neurose, Freud parte do pensamento de sujeitos que haviam sofrido acidentes ferroviários, sido ex combatentes de guerras ou enfrentado situações perigosas, recebendo-as na forma de susto, sem nenhum tipo de preparação prévia. Assim, eles se encontrariam em um estado de pavor intenso, como no caso dos sujeitos nos campos de concentração no período do Shoah. Desse modo, além da violência do próprio ato, ocorre uma impossibilidade de antecipação do perigo, tornando impossível de simbolizar isto (*ibidem*).

É, então, elaborada a questão de trauma em dois tempos: refere-se à ideia de que o evento traumático inicial não é experimentado como tal no momento em que ocorre, mas posteriormente, quando outro evento reativa o trauma original. Nesse sentido, no que tange às neuroses traumáticas, que podem ser pensadas no caso de alguns sobrevivente do Shoah, Kufberbger (2003, p. 72) explica: "uma experiência traumática não poderia ser localizada num único momento, mas na relação que se estabelece entre um acontecimento recente que atualiza um acontecimento passado, dotando-o de sentido que antes não obteve."

No momento do susto, o Eu encontra-se totalmente despreparado, e isso ocorre quando a angústia falha como sinal de alerta, jogando-o no desamparo, causando o efeito traumático. Neto (2012) destaca que vemos que o trauma só é possível se o sujeito não estiver preparado para tal estímulo, possibilitando esse susto. Ou seja, "devido à falta de preparação para a angústia, tem efeito traumático" (Freud, 1920, p. 144), e, por conta disso, há uma certa impossibilidade de reconhecimento disto para o sujeito. Neto (2012) explica que a noção de desamparo é utilizada para explicar o trauma, e descreve que na situação traumática há um desamparo diante do excesso pulsional que não é apreendido pelo sujeito.

É justamente por essa falta de compreensão e desamparo que a repetição do traumático entra em cena, como tentativa de apreender aquilo que não foi apreendido anteriormente, fazendo com que o sujeito traumatizado tenha domínio de tal vivência. Isso é explicitado pelo excesso pulsional escancarado nos sintomas, e como explica Neto (2012), após o período de latência, emerge um sofrimento psicológico intenso

no indivíduo, caracterizado principalmente pela experiência de angústia emocional, acompanhada por outras expressões sintomáticas.

Em um trecho do livro *É isto um homem?* (1988), Primo Levi descreve um sonho recorrente que tinha enquanto estava no campo. Em poucas palavras, conta que nesse sonho narra para seus familiares a experiência dolorosa vivenciada por ele no campo de concentração, da fome que sentia, de um soco que levou... Porém, diz que seus amados parecem pouco se importar com a sua presença: "É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse" (*idem*, p. 85).

Levi escreve que esse sonho era comum para outras pessoas do campo: "já contei o meu sonho a Alberto e que ele me confessou que esse é também o sonho dele e o sonho de muitos mais, talvez de todos" (*idem*, p.86). Nesse trecho, nota-se que o sonho, além de repetir-se para o próprio sujeito, repete-se no coletivo. Isso nos leva a pensar: por que tal conteúdo aparece diversas vezes no sonhos das vítimas?

No que tange tal aspecto, pode-se pensar na vivência do traumático como infamiliar. Ou seja, tais experiências que foram vividas aproximaram-se de algo desconhecido por eles, tanto na esfera prática quanto na esfera ideológica e imaginativa, sendo algo distante do familiar. No sonho que Levi narra, fica claro que ele é colocado como um desconhecido, ao contar os elementos do Shoah, da ordem do estranho e incógnito – e possivelmente por isso tratam-no de forma indiferente, já que aquela experiência não é de fato compreendida por eles, devido à distância que há do familiar e do conhecido. Ademais, podemos pensar nesse sonho como uma representação do próprio autor expressando a impossibilidade dele mesmo em compreender aquilo que se vive, levando-o a desconhecer-se de si próprio.

No texto *O Infamiliar* (1919), Freud explora a sensação de inquietude ou estranheza que surge quando algo familiar se torna desconhecido ou perturbador. No caso do Shoah, o familiar pode ser pensado como o próprio sujeito e seu modo de viver que se tornam "infamiliars".

IV.IV Lutos

Nesse sentido, quando se trata do Shoah, é essencial pensarmos na questão da submissão a exigências que levaram as vítimas a renunciar de todas particularidades, ou seja, "nas quais se é forçado a renunciar a todos os privilégios

que alimentam o narcisismo" (Carvalho, 2012). Levi (1988) escreve como esse sentimento de falta de subjetividade era marcado em diferentes momentos dessa tragédia. Permanecendo com os sobreviventes, que ao distanciar-se de si mesmos, acabam tornando-se desconhecidos para eles próprios, como destacado anteriormente:

Fechem-se entre cercas de arame farpado milhares de indivíduos, diferentes quanto idade, condição, origem, língua, cultura e hábitos, e ali submetam-nos a uma rotina constante, controla, idêntica para todos e aquêm de todas as necessidades; nenhum pesquisador poderia estabelecer um sistema mais rígido para verificar o que é congênito e o que é adquirido no comportamento do animal-homem frente à luta pela vida (Levi, 1988, p. 127).

Observa-se uma total padronização entre homens e o rebaixamento de qualquer subjetividade, consequenciando uma perda de autoconfiança e retirada do investimento libidinal e interesse nos objetos. O sujeito detém diversas ferramentas para se diferenciar dos demais, a começar pelo seu nome e sobrenome. Nos campos de concentrações, todos indivíduos eram iguais com seus nomes e roupas próprias retiradas e cabelos raspados, sendo identificados por meio de números. E aqueles que conseguiram sair vivos – na maioria das vezes – perderam suas particularidades e pequenas diferenças que o destacavam dos outros. Logo, pode-se questionar: como resgatar tais particularidades da ordem do subjetivo, que são retirados de si?

Nesse sentido, vale o resgate de uma história contada por um guia no museu Yad Vashem, em Israel. Conta-se a história de uma menina que passou pelas violências dos campos de concentração, e, como os demais, foi afastada daquilo que a diferenciava das outras pessoas. Entretanto, como forma de aproximar-se de si, ela colocou uma fitinha azul presa na sua blusa – sendo essa fita algo que a ajudava a lembrar-se de si, diferenciando-se dos outros.

Junto a isso, Cosentino (2012) cita a história de Bettelheim, sobrevivente do holocausto. No seu livro *O Coração Informado* (1985), explica que Estados totalitários, e em específico nos campos de concentração e no Estado Hitlerista, comprometem a autonomia e a preservação da personalidade do indivíduo. Explicita que, durante o tempo que estava nos campos de concentração, cuidava para proteger seu "eu interior de forma que, se algum dia viesse a recuperar a liberdade, voltasse a ser a mesma pessoa que era quando a perdeu" (Bettelheim, 1985 *apud* Cosentino, 2012, p. 13).

Ademais, alertava os indivíduos a respeito da ocorrência dos mecanismos de despersonalização na relação com o meio, como forma de ajudá-los a prevenir tal perda de identidade, "pois os campos de concentração desenvolveram ao extremo técnicas para retirar do sujeito a iniciativa e levá-lo à perda da identidade, mas existem técnicas semelhantes, em menor grau, nas sociedades de massa contemporâneas" (Cosentino, 2012, p. 14).

Nesse sentido, pode-se pensar que os sujeitos eram tratados como meros objetos, como Rodrigues (2013, p. 68) destaca:

O trauma vivenciado no Lager estava relacionado a uma sexualidade intrusiva e uma objetualização do sujeito. Desde o início da deportação os prisioneiros são tratados como carga, e a todo o momento as ações dos nazistas tentam demonstrar que os judeus não eram humanos.

Por conta disso, somos levados a pensar no que não sobreviveu com os sobreviventes do Shoah – levando-os a um luto, luto daquela parte deles mesmo que se perdeu. Ou então, naqueles sujeitos que, ao voltarem para o lugar de origem, na esperança de encontrarem seus familiares, não os encontram – instaurando, então, outro tipo de luto, pela perda de um sujeito amado. Freud estuda a respeito do luto a partir da ideia de perda de algo, seja a perda de um objeto amoroso, de partes de si, de ideias do Eu, entre outras (Freud, 1917).

Para Freud (1917), o trabalho de luto consistiria em que sujeito enlutado retirasse toda a libido que havia sido investida naquilo que se perdeu (ideia ou objeto), porém há uma considerável oposição, já que, como descreve, "o homem não abandona de bom grado uma posição da libido, nem mesmo quando um substituto já lhe acena" (*idem*, p. 48). E quando tal oposição é mais forte, pode-se chegar a um afastamento da realidade e uma adesão ao objeto por meio de uma psicose alucinatória. Mas quando o luto não se torna patológico, ou seja, uma melancolia, é de se esperar que aos poucos vá ocorrendo um desinvestimento daquilo que foi perdido.

Vale pontuar que Freud (1917) diferencia a melancolia por se referir a uma perda na qual o sujeito não sabe discernir exatamente o que se perdeu, ou seja, "sabe quem ele perdeu, mas não o que perdeu nele (objeto)" (*idem*, p. 50). Essa perda estaria fora do alcance da consciência enquanto no luto, o sujeito teria acesso a nível consciente deste objeto.

Tanto o luto como a melancolia são definidos por um desânimo profundo, suspensão de interesses externos, perda da capacidade de amar o outro. O que os diferencia é que, na segunda, há um sentimento de rebaixamento de autoestima, um empobrecimento do ego. Nesse momento, o melancólico se recrimina incansavelmente; entretanto, Freud explica que esse ato se refere a uma recriminação daquele objeto ou ideal perdido, mas acaba voltando para o próprio ego, havendo uma identificação deste com o objeto abandonado: "a sombra do objeto caiu sobre o ego" (Freud, 1917, p. 60).

Nesse ponto, entende-se que o suicídio ocorreria como uma tentativa de matar esse objeto ou ideal perdido, na qual o super eu ataca-o, mas, como está identificado com ele, acaba atacando a si mesmo. Desse modo, observa-se que o destino de muitos sobreviventes foi o suicídio, e esse fator pode ser explicado tanto pela perda de seus amados, como pela perda de seu próprio ideal – anterior às atrocidades vividas nos campos.

IV.V Trauma Transgeracional

A temática da transmissão psíquica é abordada nos estudos de Freud desde cedo. No *texto Interpretação dos sonhos* (1913/1955), aparece na histeria a partir da possibilidade de transmissão de traços inconscientes, pela identificação com o objeto ou com a fantasia do desejo do outro. Em *Totem e Tabu* (1913/1955), aparece quando Freud explica sobre a continuidade psíquica que ocorre entre uma geração e outra (Saramago, 2020).

A transmissão psíquica refere-se a um processo de identificação constitutivo de qualquer sujeito. Neste caso,

Opera uma transformação daquilo que já se encontrava presente como investimento narcísico para torná-lo seu, conforme o famoso adágio de Goethe: "Aquilo que herdaste dos teus ancestrais, transforma-o e torna-o teu (Azevedo, 2019).

Logo, a partir da identificação, o sujeito tomaria aquilo que vem do outro para compor sua própria subjetividade. Contudo, tal lógica deve ser repensada quando ocorre a partir da transmissão de um trauma, principalmente aquele que não foi elaborado. É após o Shoah que percepções dessa ordem se tornam emergentes no campo clínico, nomeadas como traumas transgeracionais – ou seja, traumas que se transmitem de uma geração para outra.

É em 1970 que tais investigações são percebidas (na segunda geração dos sobreviventes), e em 1980 e 1990 para a terceira geração. Assim, o trauma é percebido para além dos sobreviventes, recaindo sobre seus familiares que não vivenciaram tais experiências de modo direto, mas indiretamente (Trachtenberg, 2017).

Nesse caso, os sujeitos que passam por vivências de cunho altamente traumático – como violências físicas, lutos, violências de Estado etc. – buscam por "defesas extremadas", para certo afastamento do trauma. Isso ocorre pelo temor de reencontrar o trauma, de se traumatizar novamente, o que leva a uma desorganização psíquica (Trachtenberg, 2017). E, assim, não há uma elaboração, mas uma conservação: "a conservação conduz à repetição e a herança torna-se devir" (Saramago, 2020, p. 02). Logo, as gerações seguintes ficam alienadas a tais traumas:

Assim, ao invés de uma transmissão intergeracional, estruturante e edificada num espaço de metabolização do material psíquico herdado da geração mais próxima, que, transformado, passará à geração seguinte (Correa, 2000), teríamos então uma transmissão transgeracional, em que a herança psíquica se mantém inconsciente, avessa à simbolização e à elaboração, abrindo lacunas e vazios na transmissão direta de elementos irrepresentável, encriptados, partes não acessíveis da história de um outro, que atravessam diversas gerações e se perpetuam, conservados em repetições de acontecimentos vividos (Saramago, 2020, p.2 *apud* Granjon, 1994/200).

É assim que se formam aquilo que Nicolas Abraham e Maria Torok – analistas húngaros estudiosos do tema da transmissão psíquica entre gerações – determinaram como "criptas":

São os sujeitos criptóforos, que fazendo uso da desmentida e da cisão do ego, juntamente com a repressão conservadora (que se diferencia da repressão dinâmica, que é pulsional), mantêm intactos, conservados e longe da consciência e dos afetos aqueles acontecidos dolorosos e potencialmente desorganizadores do psiquismo (Trachtenberg, 2017, p. 02).

Logo, a cripta é capaz de proteger o sujeito de se re-traumatizar. Entretanto, as decorrências serão sentidas nas seguintes gerações – tal transmissão é passada pelo não-dito, ou seja, nada precisa ser dito para que ressoe algo no outro sujeito. "Naquele

ponto em que a linguagem termina, é o comportamento que continua a falar" (Dolto 2024 *apud* Azevedo, 2019, p. 08):

Os pais não calculam outros riscos: que a supressão de significantes fundamentais da filiação tem efeitos no andamento da constituição subjetiva, e que a transmissão ocorre apesar do não-dito, dado que fundamentada não nas palavras, mas no desejo do Outro.

[...]

Repete-se algo do desejo, não elaborado, presente como não-dito no discurso parental (Debiueux, 2001, p. 07).

Com isso, entende-se que o não dito será dito, mesmo que de outra forma e indiretamente, mas não cessará de chegar no outro, sendo representado nos sintomas, por exemplo. Outro nome dado para esse tipo de transmissão é "transmissão defeituosa" – sendo nesta impensável qualquer tipo de simbolização e processo de transformação psíquica (Azevedo, 2019).

Nesse sentido, Abraham e Tor separam as três fases distintas para explicar a transmissão transgeracional: a dos sobreviventes, a dos filhos dos sobreviventes e a dos netos dos sobreviventes. A primeira é a "geração cripta", marcada pelo "indizível"; a segunda, a "geração fantasma", marcada pelos conteúdos ignorados, mas que são sentidos, de certa forma; e a terceira, "geração fantasma 2", marcada pelo impensável, ou seja, pela impossibilidade de pensar nos acontecimentos traumatizantes propriamente ditos. A geração fantasma, por consequência, poderia apresentar empasses relacionados à aprendizagem e aos pensamentos, além de medos irracionais. Já a geração fantasma 2 poderá apresentar consequências como as dependências químicas, distúrbios delirantes, transtornos psicológicos, entre outros (Trachtenberg, 2017, p. 02).

Logo, percebe-se que há uma distinção de como o trauma aparece em cada uma das gerações. Nessa perspectiva, no romance *Herança* (2018), de Jacques Fux, vivências de mulheres pertencentes a cada uma dessas gerações são narradas. Nesse trecho, observa-se as marcas do indizível de Sarah, da primeira geração, vítima e sobrevivente do Holocausto.

Ela tentava me falar alguma coisa, mas suas palavras não saíam. Parecia engasgada. E me lavava com força. Começou a esfregar o próprio braço. Eu encarava aquela tatuagem de números verdes desbotados, que, por mais que minha mãe a arranhasse e a violentasse, não se apagava (*idem*, p. 24).

"O que são esses números em seu braço?". Quando criança, a geração da minha mãe questionava seus pais sobre as marcas do passado. Em troca, recebia silêncios, soluços e mentiras (*idem*, p. 40).

Além do indizível, que de certo modo tenta ser dito, pode-se notar um certo afastamento que se cria entre essa mãe, que nada diz, e a filha, que nada ouve. Nesse sentido, pode-se perceber na obra que Clara, da segunda geração, cresce e vai se constituindo a partir de vazios.

Quando eu era pequena, comecei um diário. Era uma moda entre as amigas de um dos colégios onde estudei. Escrevia sobre tudo, exceto sobre minha mãe. Tinha vergonha dela. E também não tinha histórias da família para contar. Nenhuma memória do meu pai, avô, avó, tios primos e nem parentes. Eles simplesmente não existiam e aquilo era um vazio.(...) Ficava angustiada por não ter histórias e por isso deixei de lado meus escritos (*idem*, p. 48).

A vergonha que é colocada pode ser pensada como uma substituição dessa falta de histórias e conhecimento da mãe. E esse significante da "vergonha" entra no lugar de um incômodo, representando-o dessa forma.

De modo geral, pode-se entender esses sujeitos (sejam da segunda ou da terceira geração) como "depositários" de algo que é de outro – além de carregarem traços e histórias não vividas (diretamente), carregando um desconhecimento. Trachtenberg (2017, p. 06) explica: "que o alienam de si mesmo, obrigando-o a viver uma história que, ao menos em parte, não é sua". O termo "transposição" (Trachtenberg, 2017) é usado para descrever o fenômeno observado em descendentes de sobreviventes do Holocausto, no qual eles vivenciam simultaneamente duas épocas distintas – o presente e o passado.

Vale ressaltar que, para os sobreviventes do Shoah, desviar-se desses ditos, muitas vezes, foi a única saída para recolocar-se na vida e seguir adiante. E é exatamente por conta disso que se percebe quantidade exacerbada de gerações de filhos e netos com sintomas vinculados ao trauma transgeracional. De outro modo, aqueles que foram capazes de simbolizar e elaborar seus traumas possibilitaram outro destino transgeracional.

Pode-se também pensar em casos em que as famílias foram capazes de perceber determinados sintomas em seus filhos, permitindo um encaminhamento psicológico. Nesses casos, é possível levar à abertura de questões não resolvidas, que foram silenciadas e não abordadas por gerações anteriores.

V. OLHAR CLÍNICO

V.I Clínica do Testemunho

O presente capítulo pretende responder esta questão: *como trabalhar clinicamente com horrores dessa ordem, que são instaurados psiquicamente?*

Em primeiro lugar, é importante pensar o que leva um sujeito a buscar a análise. Os motivos variam, mas é certo dizer que há sempre um sofrimento em questão, sendo este o sintoma do paciente. Ou seja, há um desejo do sujeito de se afastar disto (Cordeiro, 2006). Nesse sentido: "Aquele sujeito que era capaz de extrair prazer nas atividades mais simples do seu cotidiano está agora cerceado pelas limitações que seu sintoma lhe impõe" (*idem*, p. 67).

Para isso, busca-se na "Clínica do Testemunho" meios de caminhar nesse campo. Essa clínica foi fundada no Brasil pela Comissão de Anistia – Ministério de Justiça em 2012, com o objetivo de trabalhar com os sujeitos afetados pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) (Ribeiro & Nunes, 2018). Em linhas gerais, visa oferecer tratamento médico e psicológico às vítimas dessas violações, reconhecendo a obrigação estatal de reparação psíquica. O programa busca expandir e aprofundar o atendimento psicológico às vítimas de violações de direitos humanos no Brasil, incluindo não apenas os efeitos passados, mas também os presentes (Silveira, 2017). Entretanto, pode-se estender a conceituação dessa clínica para outros contextos históricos, políticos e sociais.

Nesse sentido, pode-se compreender essa clínica por sua possibilidade de "retirar essas vivências do registro do medo e da humilhação" e "devolver à história sua dimensão coletiva e temporal" (Conte, 2014, p. 26) – ou seja, dando espaço para aquilo que não foi inscrito na sociedade anteriormente, já que as marcas desse período permanecem pulsantes na sociedade. Esse é o caso da ditadura, como discorre Conte (2014, p. 26) sobre "familiares desaparecidos, histórias silenciadas, sofrimentos individualizados, sonhos capturados, temporalidades congeladas: marcas que insistem em se fazer presentes ainda hoje". E na situação do Shoah, pode-se pensar, por exemplo, no caso dos filhos e netos das seguintes gerações, marcados pelo trauma transgeracional:

Todos que se implicam neste processo de reparação são afetados e esta implicação se dá tanto no campo da recomposição individual, com

a quebra do silenciamento do não dito, quanto no campo coletivo, com a recuperação da história em sua dimensão social (Conte, 2014, p. 26).

Desse modo, a Clínica do Testemunho se propõe a pensar e intervir tanto na inscrição de um dito no âmbito social quanto no individual. À vista disso, pode-se pensar no "espaço potencial", conceito de Winnicott para explicar um lugar marcado pela confiança, vinculando o presente, passado e futuro: "seria o lugar do entre, entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo, da terceira área de experiência e da possibilidade de simbolização" (Passoni & Tosta, 2021, p. 10).

Pode existir, porém, um lugar que permite trazer àquele que narra a possibilidade de tanto endereçar tal narrativa a um outro quanto forjar um espaço que permita a emergência de novas possibilidades de narrar o inenarrável ofuscante. Esse lugar é o espaço potencial, e esse espaço permite o testemunho (*idem*, p. 11).

Por fim, vale ressaltar que a Clínica do Testemunho propõe uma tentativa de reparação (não apenas individual, mas social) – isto é, de permitir um registro e uma elaboração. Entretanto, "quando falamos de reparação, sabemos – como psicanalistas – que não há como reparar o acontecido de maneira absoluta." (Rosseau, 2021, p. 73). Então, é importante pensar na particularidade da compreensão de reparação para a psicanálise, que não se pretende totalizante.

A preocupação social em não "esquecer" – ou, inversamente, o imperativo memorialístico de lembrar constantemente os detalhes, os nomes e até mesmo os eventos – parece ignorar a impossibilidade de apagar o abominável. Mesmo que a memória traumática envolva mecanismos de repressão ou omissão das lembranças, dada a natureza constante e sistemática do horror, é inevitável que esta coexista com o esquecimento (Rosseau, 2021).

Alguns aspectos do esquecimento são tanto uma condição quanto uma consequência da rememoração. Dada a natureza temporal da memória específica que estamos examinando, alguns desses mecanismos de esquecimento se tornam necessários para acessar as lembranças e permitir sua expressão (Rosseau, 2021). Em outras palavras, pode-se entender que, para que possa haver um registro no campo social, é importante abrir mão da ideia de uma escuta em sua totalidade e completa.

Assim sendo, o espaço psicanalítico é compreendido como espaço de acolhimento e de escuta – sendo o oposto do espaço que instaurou o traumático. É um espaço onde há uma possibilidade de se falar do indizível, por meio daquilo que o testemunho for capaz de trazer e recordar.

VI.II Manejos Clínicos

No que tange à análise pensada a partir de um sobrevivente do Shoah, algo da ordem do traumático estaria em jogo, e por isso refere-se a algo da via do *indizível*, como descrito anteriormente. Na análise, é possível que esse *indizível* seja dito. O analista escuta o não dito, a repetição, o inconsciente. A partir da transferência, resquícios do recalcado podem vir à consciência - sendo possível uma elaboração. (Ramos, 2021) Ou seja:

O sujeito, tal como o concebemos, não coincide com a lembrança consciente da experiência. O que ele pode trazer à atualidade são restos de algo inapreensível, irrepresentável, o número que a experiência se tornou após seu apagamento, como formula Lacan, no *Seminário A Identificação*. É nesse *gap*, no trato com os restos e rastros do incomunicável, na não coincidência entre fatos e verdade, no falseamento das lembranças, nos quais recalcamientos e desmentidos sucessivos consolidaram adoecimentos e sofrimentos com tantas nuances, que coube introduzir o trabalho psíquico, de elaboração e de luto, golpes de desejo frente à insistência (Ramos, 2021, p. 12).

Desse modo, é válido recorrer ao termo Real, elaborado por Jacques Lacan, para compreender isso que Ramos (2021) descreveu como "restos e rastros do incomunicável".

Para Freud, o trauma é um excesso, um registro perceptivo de dor e não um traço mnêmico. E por não se referir a um traço mnêmico, inviabiliza a possibilidade de elaboração, ou seja: "as possibilidades de encaminhamento ou elaboração pela transposição de traços mnêmicos em representação-palavra do sistema percepção-consciência" (Betts, 2021, p. 114). A forma que o trauma surge é por meio da repetição, sendo esta uma "tentativa fracassada de realizar essas transposições. (*ibidem*)

Para Lacan, no registro do real, o trauma é pensado como algo da ordem do "insuportável, insuportável por ser impossível de simbolizar o real, e, portanto, de ser enfrentado pelo sujeito" (Betts, 2021, p 115). Dessa mesma maneira, entende-se o

real como esse "limite da linguagem" (Faria, 2021, p. 22) – ou, como explica Michele Roman Faria:

O uso da lógica não deixa de se relacionar com o conteúdo inconsciente" (Lacan, 1971-71/2012, p .46) - em especial, o conteúdo ligado ao real que, desde o início de seu ensino, esteve do lado do inapreensível, do impossível de simbolizar. É por isso que chamará a lógica de "ciência do real", porque encontrará nela uma ferramenta para escrever esse impossível que define o real para a psicanálise: "... uma ciência do real por permitir o acesso à modalidade do impossível (Faria, 2021, p.21, apud Lacan, 1975/2003, p. 317)

Ademais, algo se inscreve, mesmo que não possa ser lido. Tais experiências da ordem real se inscrevem como "holofrases" (Betts, 2021, p. 115). Desse modo, o material do trauma chega sempre sob a via da repetição, e muitas vezes, em sua literalidade:

Gondar e Antonello (2016) explicam que as narrativas acerca das vivências traumáticas tendem a carregar uma "literalidade absoluta" – isto é, sem metáforas, cruas, ofuscantes e obscenas, que, ao serem apresentadas em alta concretude, beiram o insuportável (Passoni & Tosta, 2021, p. 10).

Nesse sentido, Caruth (1991) sugere que essa repetição literal representa uma patologia da história, indicando que o indivíduo carrega consigo uma narrativa impossível de ser simbolizada e, conseqüentemente, comunicada. Ela afirma que o traumatizado é dominado por uma imagem ou evento que se repete em sua forma literal (Betts, 2021). Desse modo, deve-se pensar o que fazer, na clínica, com esse traumático que não cessa de se repetir para que haja a possibilidade de elaboração do traumático. Para isso, pode-se compreender a análise como "possibilidade de remanejamento do destino pulsional que o nó do sintoma parece absorver, de forma que a pulsão encontre outras possibilidades de escoamento mais livres" (Cordeiro, 2006, p. 67). Desta maneira, algo é colocado no lugar.

É importante pensar na relação analista-analisando no caso da Clínica do Testemunho. Em primeiro lugar, é válido ressaltar que a posição do analista diante de um sobrevivente/testemunho do traumática é singular, diferenciando-se de outros ouvintes. Ou seja:

O testemunho parte da enunciação. Podemos pensar, como propõe Dori Laub (1991), o testemunho em três níveis diferentes: o testemunho

como a fala de quem sofreu a violência; o testemunho de quem escuta e acolhe a fala do sujeito; e o testemunho de quem escuta de forma implicada (posição do analista na transferência) o processo do testemunho em seus diferentes níveis (Bett, 2021, p. 119).

Logo, é pela via da transferência que se estabelece a relação entre analista-analisando, havendo um lugar específico (na transferência) que o psicanalista ocupa. Nesta, afetos do analisante se atualizam na pessoa do analista por meio da repetição. É nesse processo que "Freud constata que o mecanismo da transferência para a pessoa do médico se desencadeia no próprio momento em que conteúdos recalçados particularmente importantes acabam se revelando" (Laplanche & Pontalis, 2022, p. 518). Ou seja, aqueles conteúdos que estão recalçados retornam por meio da transferência:

[...] é lícito afirmar que o analisando não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua. Ele não reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber o que faz (Freud, 1914, p. 200).

Ao longo do tratamento, ao permitir a expressão do que precisa ser repetido, o analista constrói novos sentidos aos sintomas neuróticos, transformando uma neurose ordinária em neurose de transferência, pela qual o sujeito pode reposicionar-se frente ao seu sofrimento. Dito isso, a partir do manejo da transferência, o psicanalista pode trabalhar essa passagem ao ato.

Nesse quesito, quando se trata das consequências psíquicas advindas do Shoah, pode-se supor que em algum caso clínico ocorra uma atualização que traga algo daquilo que é representado pelos nazistas, por exemplo. Pode-se notar isso em um trecho que diz respeito ao período Ditadura no Brasil: "era comum que os terapeutas fossem colocados pelos participantes em um lugar transferencial de Estado (perseguidor, não confiável), o que muitas vezes foi necessário para que cenas traumáticas fossem atualizadas e desmontadas" (Passoni & Tosta, 2021, p. 14). Por mais que a transferência seja singular e subjetiva para cada analisando, pode-se considerar tal possibilidade na Clínica do Testemunho. Deste modo, na análise, ocorre uma aproximação, por via transferencial desse Outro e o analista "precisa estar advertido dessa posição transferencial" (Betti, 2021, p. 122).

À vista disso, é nesse cenário que, por meio de uma escuta implicada, pode haver a possibilidade de trabalhar no traumático. Betti (2021, p. 122) explica:

Quando é possível entrar em transferência nessas condições subjetivas existe a possibilidade de a *holófrase* ser *deletrada*, isto é, lida à letra, abrindo a possibilidade de uma leitura da letra no real através dos significantes (S2) que agora podem ser agregados, via metáfora ou metonímia, à borda simbólica da letra inscrita. Essa leitura depende de o sujeito poder agregar novos significantes ao S1, assim recortado da *holófrase*. Cabe ressaltar aqui que a letra inscrita no real é o limite do simbolizável, pois o real é o que não cessa de não se inscrever (Lacan, 1974-1975). Sempre resta o inominável, impossível de ser simbolizado.

Ou seja, a capacidade de reinterpretar e ressignificar as holófrases representa um movimento terapêutico crucial, no qual os significantes estáticos são ressignificados com conexões simbólicas. Isso permite que o sujeito reestruture sua narrativa pessoal, integrando tais experiências traumáticas de alguma maneira. Ainda assim, Suzanne Hommel, paciente de Lacan e sobrevivente do traumático período do Nazismo, descreve tal movimento em sua análise:

Suzanne Hommel: Sou da Alemanha e nasci em 1938. Por tanto, vivi os anos da guerra com todos os horrores, as angústias, o pós-guerra, a fome, as mentiras. Sempre quis deixar a Alemanha por causa disso. E, desde o início das primeiras sessões, eu perguntei a Lacan: 'Posso me curar desse sofrimento?'. E, dizendo isso, entendi que não. Eu havia pensado que podia arrancar essa dor de mim com a análise. Não, havia uma maneira de me olhar que me fez perceber: 'Não. Será preciso fazer isso a vida toda'. Um dia, numa sessão, contei a Lacan um sonho que tive. Eu disse: 'Acordo todo dia às 5h', e acrescentei: 'Era às 5h que a Gestapo vinha procurar os judeus em suas casas'. Nesse momento, Lacan se levantou como uma flecha de sua poltrona, veio na minha direção e me fez um carinho muito doce no rosto. Eu entendi: '*geste à peau*', o gesto...' Gérard Miller: 'Ele transformou a 'Gestapo' em '*geste à peau*'. Suzanne Hommel: 'Em um gesto carinhoso. Um gesto extremamente carinhoso'. E essa surpresa não diminuiu a dor, mas fez outra coisa. A prova, agora, 40 anos depois, é que eu ainda conto esse gesto, eu ainda o tenho no rosto. É um gesto também... é um apelo à humanidade, qualquer coisa assim (Paula, 2021, p.21 *apud* Gérard Miller).

Nesse relato, observa-se como as holófrases e significantes que remetem Suzanne à Gestapo ganham um outro sentido pelo toque na pele "*geste à peau*" de Lacan. Ou seja:

Lacan lê a palavra na sua composição literal e faz com que ela opere na mesma literalidade. Esse gesto é o começo de uma narrativa que se sobrepõe à primeira, sem eliminá-la. Ele não diminui a dor, mas

cura/apura um sofrimento guardado em sonho, inaugurando um novo tempo na palavra (Paula, 2021, p. 21).

Diante desse cenário, nota-se que é através de uma escuta implicada que surge a possibilidade de abordar o traumático de forma analítica. Betti (2021) destaca a importância de entrar em transferência nessas condições subjetivas, permitindo a deleção da holófrase e uma leitura mais literal dos significantes (S2), os quais podem ser integrados à borda simbólica por meio de metáfora ou metonímia. Esse processo implica a capacidade do sujeito de agregar novos significantes ao S1, recortando-o da holófrase. No entanto, é fundamental ressaltar que a letra inscrita no real representa o limite do simbolizado, já que o real é incessantemente não inscritevel (Lacan, 1974-1975). Nesse contexto, a ressignificação das holófrases torna-se crucial para a terapia, possibilitando a reestruturação da narrativa pessoal do sujeito ao integrar as experiências traumáticas de maneira simbólica.

Além disso, o relato de Suzanne Hommel ilustra esse movimento analítico. Hommel compartilha uma experiência significativa, na qual Lacan inaugura uma narrativa sobreposta à primeira, sem eliminar a dor associada à palavra original. E, embora não reduza o sofrimento, evidencia a capacidade da análise em ressignificar o traumático.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi necessária uma profunda imersão no tema do Shoah, o que tocou em pontos sensíveis, como inicialmente imaginado. A escuta detalhada das experiências traumáticas e do indizível exigiu uma certa resiliência para a sua continuidade. Assim, foram necessárias pausas e conversas em análise para permanecer firme em territórios tão difíceis de percorrer.

Por outro lado, trabalhar com um tema que busca ser transmitido e compreendido implica em encontrar sentido e urgência em elaborá-lo, o que ajuda a não desistir de estudar este assunto, por mais desafiador que seja. Junto a isso, há a sensação de um certo dever, considerando que gerações próximas à minha vivenciaram essas atrocidades não muito tempo atrás, e perceber na psicanálise ecos e possibilidades de escuta. Nesse sentido, ao concluir o curso, tornou-se importante revisitar a relevância da Psicologia e da psicanálise, e suas potencialidades, especialmente na amplitude deste campo científico para dar suporte a indivíduos violentados em um período histórico marcado pela violência.

No entanto, reconhece-se que, por se tratar de um fenômeno histórico e social, a psicanálise não é suficiente para abarcar plenamente o tema. Dito de outra forma, é crucial que os acontecimentos desse período sejam discutidos e elaborados fora do ambiente clínico, em direção ao campo social. Os relatos e testemunhos não podem ficar restritos ao ambiente clínico e à relação analista-analisante, pois, do contrário, a psicanálise estaria reproduzindo o que os nazistas desejavam – a suspensão da transmissão e do reconhecimento coletivo. Portanto, é necessário ressaltar que a psicanálise é uma das vias para elaborar as consequências psíquicas do Shoah, mas não deve ser a única.

Nesse contexto, compreende-se a importância de continuar o estudo deste tema em uma abordagem mais social, conectando-o com a psicanálise. É fundamental entender como essa abordagem pode levar a questão das consequências psíquicas do indivíduo para o âmbito coletivo, transformando uma discussão clínica, subjetiva e

individual em algo mais abrangente. Isso visa expandir a compreensão do que foi o Shoah e como esse evento reverberou na vida das vítimas, para além de uma perspectiva histórica linear, como frequentemente é apresentado na sociedade. Essa abordagem mais ampla possibilitaria debates mais profundos sobre esse episódio traumático.

Outro ponto crucial a ser considerado é que, devido às limitações de um Trabalho de Conclusão de Curso, não foi possível estender a pesquisa além do que foi realizado. No entanto, é importante ressaltar que as consequências psíquicas são mais extensas do que as investigadas neste estudo. Em pesquisas futuras será possível o aprofundamento em outras possíveis consequências advindas do Shoah. Além disso, seria relevante considerar a continuidade prática desse estudo, como realizar entrevistas com filhos ou netos dos sobreviventes do Holocausto, para uma compreensão ainda mais abrangente e próxima dessas questões. Uma vez que o contato direto com as vítimas não é possível, investigar as gerações posteriores pode oferecer uma perspectiva indireta valiosa.

Por fim, entre as diversas questões levantadas nesta pesquisa, destaca-se novamente o aspecto do indizível, ou seja, a impossibilidade que os sobreviventes encontram em expressar suas experiências. Esse ponto também pode ser analisado de maneira mais detalhada no futuro, considerando, por exemplo, quantos sujeitos não tiveram a oportunidade de falar sobre essas questões e como a psicanálise pode trabalhar com indivíduos que não conseguem se expressar verbalmente. Ou seja: *como trabalhar com o sujeito que não é capaz de falar? Há outra forma de trabalho?*

Esses são aspectos essenciais que merecem consideração e abordagem mais aprofundada em investigações subsequentes sobre as consequências psíquicas do Holocausto e as possibilidades da psicanálise diante do indizível e do silenciamento traumático.

REFERÊNCIAS

- ABULEAC, Samantha. Sonhos e Alucinações em Auschwitz: ensaios psicanalíticos. O que nos ensinam? Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2020, 190p.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: Homo Sacer. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANTELME, Robert. **A espécie Humana**. Tradução Maria de Fátima Oliva do Coutto. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- AZEVEDO, Luciana Jaramillo Caruso de; BRANDÃO, Eduardo Ponte. Trauma e a transmissão psíquica geracional. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica** [online], São Paulo, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982019001002>. Acesso em: 11 abr. 2024
- BAIN, Jehoshua; BAIN, Vera. **E escolherás a vida**. São Paulo: Ed. dos autores, 2022.
- BRANDT, Cleri Aparecida. Regime nazista: as teorias ideológicas e educacionais moldando a formação do indivíduo nazi. **Dissertação** (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2011.
- Carvalho, Maria Teresa. Sofrimento psíquico, acontecimento traumático e angústia pulsional. **Psicol Estud** [Internet]. 2012Jul;17(3):487–97. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/3Jmg8gW98TXYx79j65WmPxw/>. Acesso em: 11 abr. 2024
- CAVALCANTE, E. S.; DA CRUZ, R. Holocausto: memória coletiva e negacionismo. **Revista Mosaico - Revista de História**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 126–138, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v15i1.9232>.
- COSENTINO, Milena Callegari; MASSIMI, Marina. A experiência de autores judeus da psicologia sobreviventes do holocausto. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1046-1062, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2024.
- CORDEIRO, Ana Beatriz Zuanella. Para onde nos conduz o fim da análise?. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 29, p. 67-72, set. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372006000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2024.
- DOLTO, Françoise. **Prefácio**. In: A primeira entrevista em psicanálise. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- EGER, Edith. **A Bailarina de Auschwitz**. São Paulo: Editora Sextante, 2019.
- FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. (Trabalho original publicado em 1920).

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FREUD, Sigmund. **O estranho**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. (Trabalho original publicado em 1919).

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do ego**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, Sigmund. **Recordar, repetir e elaborar**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FUX, Jacques. **Herança**. São Paulo: Maralto, 2022.

GOLDHAGEN, Daniel. **Sofrimento dos judeus**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERMANN, Maurício. Acompanhamento terapêutico e psicose: um articulador do real, simbólico e imaginário. **Tese** (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. 271p.

KATZ, Chaim. **Psicanálise e Nazismo**. São Paulo: Taurus, 1985.

KOLTAI, Caterine. Entre psicanálise e história: o testemunho. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 24-30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150009>.

KUPFERBERG, Marylink. Filhos da Guerra: um estudo psicanalítico sobre o trauma e a transmissão. **Tese** (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

LAPLANCHE, Jean; PONTAILS, Jean. **Vocabulário de Psicanálise**. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

LEVI, Primo. **Os Afogados e os Sobreviventes**: Os delitos, os castigos e as penas. Paris: Gallimard, 1989.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

MACEDO, Mônica Medeiros Kother; FALCÃO, Carolina Neumann de Barros. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. **Psychê**, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 65-76, jun. 2005. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro. New York: Vintage Books, 1997.

OCATRIZ, Maria; NETO, Augusto; TRINDADE, Paula. A Clínica do Testemunho e o "Grupo de Reflexão e Testemunho": **Espaço Clínico, Espaço Político**. Disponível em:

https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/Trabalhos%20apresentados/CI%C3%ADnica%20do%20Testemunho.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

PAULA, Janaina. Tradução legente e experiência literária em Maria Gabriela Ilansol. **Cadernos De Tradução**, 41(2), 247–270. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2021.e73594>. Acesso em: 27 abr. 2024.

RODRIGUES, G. M. Trauma, literatura de testemunho e suicídio: Traduções possíveis. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013, 121p.

ROSA, Miriam Debieux. O não-dito familiar e a transmissão da história. **Psychê**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 123-137, 2001. [Tradução]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/307/30700809.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ROSENBERG, Alfred. **Os Protocolos dos Sábios de Sião**. São Paulo: Montecristo Editora, 1936/2023.

SÁ DOS REIS, E. Significação da memória e do testemunho em Primo Levi: Significance of memory and testimony in Primo Levi. **Modernos & Contemporâneos - International Journal of Philosophy**, [S.l.], v. 3, n. 7, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/modernoscontemporaneos/article/view/4074>.

SARAMAGO, F. M.; ABRANTES, M. J.; MADUREIRA, I. L.; ALEXANDRE, A.; LENCASTRE, M. P. A. Mantendo vivo o que já está morto: A transgeracionalidade psíquica do trauma. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, [S. l.], v. 40, n. 2, 2020. DOI: 10.51356/rpf.402a4. Disponível em: <https://www.rpppsicanalise.org/index.php/rpp/article/view/38>. Acesso em: 13 abr. 2024

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Introduction to the Holocaust. **Holocaust Encyclopedia**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em: 07 abr. 2024

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Nazi Camps. **Holocaust Encyclopedia**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/nazi-camps>. Acesso em: 07 abr 2024